

Implicações da regulação pós-burocrática
para o trabalho docente no Distrito
Federal no âmbito do Pacto Nacional pela
Alfabetização na Idade Certa (2013-2015) /
*Implications of post-bureaucratic regulation
to the teaching work in the Federal District
under the National Pact for Literacy at the
Right Age (2013-2015)*

ANA PAULA DE MATOS OLIVEIRA ROCHA

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (Doutorado)

Data da Defesa: 04/12/2017

Orientadora: Silvia Cristina Yannoulas

Palavras-chave: política social; PNAIC; regulação pós-burocrática; trabalho docente.

Keywords: social policy; Pnaic; post-bureaucratic regulation; teaching work.

A presente tese teve como objeto de investigação o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), compreendido enquanto um programa da política educacional brasileira, decorrente do conjunto das ações empreendidas no âmbito da contrarreforma estatal empreendida no país desde os anos 1990. O seu objetivo geral foi o de analisar como o PNAIC, instituído pelo governo federal em 2012, constituiu-se como dispositivo do modelo de regulação pós-burocrático da educação e suas implicações para o trabalho docente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). Considerando o objeto de estudo como parte constitutiva do contexto social mais amplo, o qual envolve a produção e reprodução da vida material, elegeu-se como método de

investigação o materialismo histórico-dialético. A abordagem de pesquisa predominante foi a qualitativa, recorrendo-se à análise documental, bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários para obtenção de dados junto aos sujeitos que possibilitam a concretização do PNAIC. As entrevistas foram realizadas junto aos seguintes sujeitos: gestores do Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os quais atuam na gestão nacional do PNAIC; gestores do nível central da SEEDF, responsáveis pela coordenação e planejamento dos trabalhos referentes aos anos iniciais do Ensino Fundamental e às avaliações de desempenho; docentes que atuavam no nível intermediário da SEEDF, como Orientadoras de Estudo do PNAIC; e a coordenação da Coordenação de Formação Continuada de Professores (CFORM), no âmbito da Universidade de Brasília (UnB). O questionário, contendo questões abertas e fechadas elaboradas utilizando uma escala de cinco pontos do tipo *likert*, foi aplicado a 273 docentes participantes do curso de formação de professoras alfabetizadoras no âmbito do PNAIC, de quatro Coordenações Regionais de Ensino da SEEDF. Para a sistematização dos dados coletados utilizou-se os *softwares* de análise de dados *Web Qualitative Data Analysis* (WebQDA) e o *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). Os dados foram tratados na perspectiva da análise de conteúdo, com vista a discutir cinco objetivos específicos: analisar a percepção do governo federal sobre os propósitos do PNAIC e a vinculação entre formação e a avaliação externa; verificar como a SEEDF tem implementado e monitorado o PNAIC; identificar qual o papel da UnB, via CFORM, como agência formadora parceira; examinar a percepção das gestoras e professoras da SEEDF sobre o PNAIC; e verificar como as ações promovidas no PNAIC interferem no trabalho docente, das professoras alfabetizadoras da SEEDF. Os resultados revelam que o PNAIC é um dos dispositivos da regulação pós-burocrática empreendidos na educação, com o propósito de reorganizar, controlar e responsabilizar diretamente o trabalho docente pelos resultados de qualidade impostos pelo governo. O arranjo institucional do PNAIC, pauta-se na gestão gerencial e consolida na rede de ensino a gestão por resultados. Para este propósito, articula gestão, materiais didáticos, formação docente e avaliação externa, de maneira a enquadrar o trabalho docente à lógica mercadológica, da competitividade e produtividade de metas de qualidade. Com a ênfase nos resulta-

dos o governo, explora subjetivamente as docentes, as pressionando, responsabilizando e constringendo diante dos resultados de qualidade alcançados. Assim, o trabalho docente é massificado e desqualificado, reduzido aos aspectos da racionalidade instrumental do saber fazer, o que o distancia de seu fim. Dessa forma, incrementa-se, as bases que viabilizarão a implementação do quase-mercado na educação.

The research object of this thesis is the Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa [National Pact for Literacy at the Right Age] (PNAIC), which is understood as a program of the Brazilian educational policy, derived from the set of actions carried out in the context of the State counter-reformation that has been implemented in the country since the 1990s. The general purpose of this thesis was to analyze how PNAIC, instituted by the federal government in 2012, is constituted as an instrument of the education post-bureaucratic regulation model and its implications to the teaching work in the first grades of elementary school, within the purview of the Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal [Federal District Department of Education] (SEEDF). Considering the study object as a constitutive part of a broader social context, which involves production and reproduction of the material life, historical-dialectical materialism was chosen as the research method. The qualitative approach was the prevailing research approach, with the use of documental and bibliographical analysis, semi-structured interviews, and questionnaires to collect data from the subjects that enable the materialization of PNAIC. The interviews were carried out with the following subjects: managers from the Ministry of Education (MEC) and Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [National Institute for Educational Studies and Researches Anísio Teixeira] (INEP), who work in the national management of PNAIC; central-level managers of SEEDF, in charge of the coordination and planning of works regarding the first grades of elementary school and performance evaluations; teachers working in the intermediate level of SEEDF as Study Counselors of PNAIC; and coordinators of Coordenação de Formação Continuada de Professores [Continuous Teacher Training Coordination] (CFORM), within the scope of Universidade de Brasília [University of Brasília] (UnB). The questionnaire, which contained open and closed questions based on a five-point Likert scale, was applied to 273 teachers who took the literacy teacher training course within the scope of PNAIC, from four Regional Teaching Coordination Offices of SEEDF. Data analysis software programs Web Qualitative Data Analysis (WebQDA) and Statistical Package for Social

Sciences (SPSS) were used to systematize the collected data. These data were handled according to the content analysis perspective, in order to discuss five specific objectives: to analyze the federal government perception of PNAIC purposes and how the training is connected with external evaluations; to check how SEEDF has been implementing and monitoring PNAIC; to identify the role of UnB, through CFORM, as a partner training agency; to examine SEEDF managers and teachers' perception of PNAIC; and to verify how actions taken under PNAIC interfere with the work of literacy teachers of SEEDF. The results reveal that PNAIC is one of the post-bureaucratic regulation instruments employed in education, with the purpose of reorganizing, controlling and directly holding the teaching work accountable for quality results imposed by the government. The institutional arrangement of PNAIC is based on managerial administration, and it consolidates result-based management in the education network. To this end, it coordinates management, didactic materials, teacher training and external evaluation to accommodate the teaching work to the logic of marketing, competitiveness and productivity related to quality goals. By focusing on results, the government subjectively exploits teachers, pressuring, constraining and making them accountable for the quality results obtained. Thus, the teaching work is disqualified and massified, being reduced to the instrumental rationality aspects of know-how, which pulls it away from its purpose. Consequently, the foundations that will enable the implementation of the quasi-market in education are strengthened.

As faces social e penal do Estado para o capital / *The social and penal faces of the State for capital*

JULIANA MEDEIROS PAIVA

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (Doutorado)

Data da Defesa: 13/12/2017

Nome do Orientador: Evilásio da Silva Salvador

Palavras-chave: Estado Social; Estado Penal; Política de Assistência Social; Política Prisional; Fundo Público.

Keywords: Welfare State; Penal State; The social welfare policy; The prison policy; Public Fund.

Palabras clave: Estado Social; Estado Penal; Política del Asistencia Social; Política prisional; Fondo Público.

A tese tem como objetivo analisar nas faces penal e social do Estado brasileiro. Para tanto, este estudo centrou-se na análise o uso do fundo público, por meio dos gastos públicos realizados em âmbito federal e do estado de Minas Gerais, nas políticas de assistência social e política prisional, como representantes das faces social e penal do Estado, no período entre 2007 a 2015. Em âmbito nacional foram analisados dados acerca das privatizações e terceirizações ocorridas no âmbito da execução das políticas, o perfil do público-alvo de ambas as faces do Estado, bem como as estratégias de ativação para o trabalho. Em âmbito estadual, além da direção dos gastos públicos, foram analisadas as experiências de privatização do sistema prisional em duas diferentes modalidades, sendo a primeira representada pela privatização de estabelecimentos prisionais por meio de Parceria Público-Privada (PPPs), onde o estado remunera o setor privado para a construção e gestão de todos os serviços prisionais; e a outra representada pela delegação da gestão de estabelecimentos prisionais à entidades sem fins lucrativos, remuneradas pelo estado por meio de Subvenções Sociais. Apesar do incremento nos gastos públicos observados tanto na política prisional quanto na política de assistência social, o modelo federativo dificulta a análise mais apropriada, uma vez que os estados são responsáveis pela maior parte do financiamento política prisional, enquanto o governo federal e os municípios são os principais responsáveis pelo financiamento da assistência social. Tal fato se mostrou como uma limitação metodológica que impossibilita afirmar que e o Estado brasileiro tenha privilegiado a face penal em detrimento da social, especialmente, no que se refere aos gastos públicos. Porém se analisarmos apenas o custo per capita em um estabelecimento prisional, comparativamente aos valores de parâmetro custeados pelo Estado em um serviço de acolhimento institucional, por exemplo, é possível perceber a opção político-ideológico em privilegiar o aparato penal. A despeito das limitações impostas pela metodologia utilizada, o conjunto de dados levantados no estudo apontam para um processo de mercantilização, privatização, seja por meio de PPPs, parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou por meio de terceirizações das

atividades-meio, bem como a desregulamentação e precarização do trabalho de profissionais, além da influência workfare nas práticas de ativação ou uso do trabalho do precariado. Este processo ocorre tanto na política de assistência social quanto na política prisional, reforçando a tese de que não há substituição do social pelo penal, e sim, que se ambos constituem-se como faces de um mesmo Estado e que neste sentido, se configuram como estratégias utilizadas para garantir a manutenção e reprodução do capital.

The thesis aims to analyze the criminal and social aspects of the Brazilian State. In order to do so, this study focused on the analysis of the use of public funds, through public expenditures carried out at the federal and Minas Gerais levels, in social assistance policies and prison politics, as representatives of the social and criminal aspects of the State, in the period between 2007 and 2015. At the national level, data on privatizations and outsourcing that occurred within the scope of policy implementation, the profile of the target public on both sides of the state, as well as the activation strategies for the work, was analyzed. At the state level, in addition to the direction of public spending, the experiences of privatization of the prison system in two different modalities were analyzed, the first being represented by the privatization of prisons through Public-Private Partnership (PPPs), where the state pays the private sector for the construction and management of all prison services; and the other represented by the delegation of management of prisons to non-profit entities, remunerated by the state through Social Subsidies. Despite the increase in public spending observed both in prison policy and in social assistance policy, the federative model hampers the more appropriate analysis, since states are responsible for most of the political prison financing, while the federal government and municipalities are mainly responsible for the financing of social assistance. This fact has proved to be a methodological limitation that makes it impossible to affirm that the Brazilian State has privileged the criminal face to the detriment of the social, especially with regard to public expenditure. However, if we analyze only the per capita cost in a prison, compared to the parameter values paid by the State in an institutional reception service, for example, it is possible to perceive the political-ideological option in privileging the penal apparatus. In spite of the limitations imposed by the methodology used, the data collected in the study point to a process of commodification, privatization, whether through PPPs, partnerships with non-profit entities, or through outsourcing of the middle activities, as well as

the deregulation and precariousness of the work of professionals, besides the workfare influence in the practices of activation or use of the work of the precariat. This process occurs both in social assistance policy and in prison policy, reinforcing the thesis that there is no substitution of the social for the criminal, but rather that if both constitute the faces of the same State and that in this sense, they are configured as strategies used to ensure the maintenance and reproduction of capital.

La tesis tiene como objetivo analizar los aspectos penal y social del Estado brasileño. Para tanto, este estudio se centró en el análisis del uso del fondo público, por medio de los gastos públicos realizados en ámbito federal y del estado de Minas Gerais, en las políticas de asistencia social y política prisional, como representantes de los aspectos social y penal del Estado, en el período entre 2007 y 2015. En el ámbito nacional se analizaron datos sobre las privatizaciones y tercerizaciones realizadas en el marco de la ejecución de las políticas, el perfil del público objetivo de ambos aspectos del Estado, así como las estrategias de activación para el trabajo. En el ámbito estadual, además de la dirección de los gastos públicos, se analizaron las experiencias de privatización del sistema penitenciario en dos diferentes modalidades, siendo la primera representada por la privatización de establecimientos penitenciarios por medio de la Asociación Público-Privada (PPPs), donde el estado remunera el sector privado para la construcción y gestión de todos los servicios penitenciarios; y la otra representada por la delegación de la gestión de establecimientos penitentes a las entidades sin fines de lucro, remuneradas por el estado por medio de Subvenciones Sociales. A pesar del incremento en los gastos públicos observados tanto en la política prisional como en la política de asistencia social, el modelo federativo dificulta el análisis más apropiado, ya que los estados son responsables de la mayor parte del financiamiento político prisional, mientras que el gobierno federal y los municipios son, los principales responsables de la financiación de la asistencia social. Este hecho se mostró como una limitación metodológica que imposibilita afirmar que el Estado brasileño haya privilegiado el enfoque penal en detrimento de la social, especialmente en lo que se refiere al gasto público. Pero si analizamos sólo el costo per cápita en un establecimiento penitenciario, en comparación con los valores de parámetro financiados por el Estado en un servicio de acogida institucional, por ejemplo, es posible percibir la opción político-ideológica en privilegiar el aparato penal. En cuanto a las limitaciones impuestas por la metodología utilizada, el conjunto de datos planteados en el

estudio apunta a un proceso de mercantilización, privatización, ya sea por medio de PPPs, alianzas con entidades sin fines de lucro, o por medio de tercerización de las actividades-medio, así como la desregulación y precarización del trabajo de profesionales, además de la influencia workfare en las prácticas de activación o uso del trabajo del precariado. Este proceso ocurre tanto en la política de asistencia social como en la política prisional, reforzando la tesis de que no hay sustitución de lo social por el penal, sino que si ambos se constituyen como caras de un mismo Estado y que en este sentido se configuran como estrategias utilizadas para garantizar el mantenimiento y la reproducción del capital.

O (não)direito ao esporte e lazer e a mercantilização do futebol: copa para quem?
 / *The (no)right to sport and leisure and the commodification of soccer: who's cup? / El (no) derecho al deporte y ocio y la mercantilización del fútbol: ¿copa para quién?*

PEDRO OSMAR FLORES DE NORONHA FIGUEIREDO

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (Doutorado)

Data da Defesa: 29/09/2017

Orientadora: Ivanete Salete Boschetti

Palavras-chave: direito; mercadoria; futebol; copa; esporte e lazer.

Keywords: right; merchandise; soccer; cup; sport and leisure.

Palabras clave: derecho; mercancía; fútbol; copa; deporte y ocio.

Compreender e problematizar a (não) materialização do esporte e lazer como direito constitucional, na conjuntura da realização da Copa do Mundo FIFA 2014, foi o objetivo desse estudo. Ao saturar de determinações o objeto eleito, em sua totalidade, contradição e mediação, e tomar como referência para análise, os indicadores: i. “Configuração e abrangência do Programa Copa 2014; ii. As fontes, magnitude e direcionamento do financiamento e gasto da Copa; e iii. “Participação e

controle social democrático”, sempre aliadas à pesquisa bibliográfica e documental, chegou-se aos seguintes resultados e conclusões: A mediação entre “questão social” e “futebol” apresenta-se como chave interpretativa para compreender o Brasil e leva a reflexões sobre as contradições da tensão capital-trabalho, expressas enquanto direito e mercadoria. Apontando os limites do direito nos marcos do capitalismo, a criação do Ministério do Esporte, em um governo “democrático e popular” em 2003, gerou expectativas de avanço da garantia de direitos, logo quebradas na tomada da agenda pública pelos Megaeventos, reflexo da continuidade do neoliberalismo manifestado na política econômica em vigor. As Ações do Governo Brasileiro para a Copa 2014, expressam as opções políticas, reveladas nas ações estatais restritas, seletivas e focalizadas, com beneficiamento de pessoas jurídicas (isenções fiscais, privilégios aduaneiros, etc). A configuração da gestão e controle social democrático possuiu uma lógica empresarial de Governança, explicitando o público “jogando” a favor do privado. A ínfima participação do esporte e lazer na totalidade do fundo público compromete significativamente a sua garantia como direitos, e demonstra como o mercado financeiro disputa o fundo público para garantir as condições gerais de reprodução e o processo de acumulação, como exemplifica a Copa. À FIFA /COL ficaram com a coordenação política, e aos governos, o mero cumprimento de tarefas das garantias governamentais: uma total inversão de papéis. Os interesses comerciais deste comitê executivo da burguesia transformaram a Copa num *commodity* com atributo especial: a paixão pelo futebol. Na ânsia de ampliar as margens de lucro, ilegalidades e propinas deram desenho a um Padrão FIFA de corrupção, revelado em investigações e sentenças judiciais. Operários, terceirizados e voluntários, à margem da festa, deram (à) vida ao grande espetáculo. Se sentir parte do evento, renovou sentimentos de amor à pátria, e à crença de um futuro melhor. Ao fim, foi um grande negócio apenas para o capital, que socializou os trabalhos e os custos e privatizou os lucros. Em 2013, um cenário de conflito resultou nas “Jornadas de Junho”, onde a Copa se destacou dentre os temas evidenciados no conjunto das reivindicações. O discurso de legitimação apontava benefícios econômicos no acréscimo do comércio, turismo e postos de trabalho. Benefícios sociais, com aceleração da regeneração urbana e melhoria dos bens e serviços e, ainda, benefícios esportivos. Apesar da festa, houve trabalho precário, remoções, corrupção e repressão às

manifestações. O que ficou depois do Jogo? Nem legados econômicos, nem sociais, nem esportivos. Ficou um legado às avessas. Menos direitos, menos democracia. Não parece que o esporte e lazer tomarão outro rumo e se efetivarão como direitos de fato.

To understand and to question the (non) concretization of sport and leisure as a constitutional right in the context of occurrence of the 2014 Fifa World Cup was the objective of this study. After saturating the elected object of determinations, in its totality, in its contradiction and mediation, and after taking as reference for analysis the following indicators: i. “Configuration and coverage of the 2014 Cup Program, ii. The sources, magnitude and direction of the Cup’s funding and expenses and iii. “Participation and democratic social control”, always united with bibliographic and documental research, the following results and conclusions ensued: The mediation between “social question” and “soccer” reveals itself as an interpretative key to understand Brazil and leads to reflections about the contradictions of the capital-work tension, expressed as right and merchandise. Pointing the limits of right in the marks of capitalism, the creation of Sport Ministry during a “democratic and popular” government in 2003 brought expectations of advance in right assurance, soon broken when the public agenda was filled by Mega-events, a reflex of the continuity of neoliberalism manifested in the current political economy. The Actions of Brazilian Government on the 2014 Cup express the political choices, revealed on the restricted state actions, selective and specific, entailing the favoring of legal entities (fiscal exemptions, customs privileges, etc). The management configuration and democratic social control had a business logic of governance, unveiling the public “playing” in favor of the private. The close participation of sport and leisure on the totality of the public fund compromises significantly its guarantee as rights, and demonstrates how the financial market disputes the public fund to ensure the general conditions of reproduction as well as the process of accumulation, which the Cup gives an example. To FIFA/COL was designated the political coordination, and to the governments the mere compliance with the tasks of governmental assurances: a total reversal of roles. The commercial interests of this executive committee of the bourgeoisie transformed the Cup into a commodity with a special attribute: the passion for soccer. In the eagerness of increasing the profits, illegalities and bribes outlined a FIFA Pattern of corruption, revealed on investigations and judiciary sentences. Workmen, outsourced staff and volunteers, outside the party, gave (the) life to the great spectacle.

To feel part of the event renewed feelings of love for homeland and the belief for a better future. At the end, it was a big deal only for the capital, which socialized the works and the costs, and privatized the profits. In 2013, a conflict scenario resulted on the “June Journeys”, where the Cup was detached among the highlighted themes inside the group of claims. The discourse of legitimization pointed economical benefits on the business growing, tourism and job opportunities. Social benefits, with acceleration of urban regeneration and improvement of goods and services and, still, sport benefits. Despite the party, precarious jobs, removals, corruption and repression to manifestations occurred. What lasted after the Game? Neither economical, social or sport legacies. It ended up being an upside down legacy. Lesser rights, lesser democracy. It does not seem that sport and leisure will take another course and become real rights.

Entender y cuestionar la (no) concretización del deporte y el ocio como derecho constitucional, en el contexto de la celebración de la Copa Mundial de la FIFA 2014, fue el objetivo de este estudio. Al saturar el objeto elegido de determinaciones, en su totalidad, contradicción y mediación, y tomar como referencia para el análisis, los indicadores: i. “Configuración y alcance del Programa Copa 2014, ii. Las fuentes, magnitud y dirección del financiamiento y gasto de la Copa y iii. “Participación y control social democrático”, siempre unidos a la investigación bibliográfica y documental, se llegó a los resultados y conclusiones: La mediación entre “cuestión social” y “fútbol” se revela como clave interpretativa para entender Brasil y lleva a reflexiones sobre las contradicciones de la tensión capital-trabajo, expresadas en cuanto derecho y mercancía. Señalando los límites de lo derecho en el capitalismo, la creación del Ministerio del Deporte, en un gobierno “democrático y popular” en 2003, trajo expectativas de avance de la garantía de derechos, que pronto se rompió en la toma de la agenda pública por los Megaeventos, un reflejo de la continuidad del neoliberalismo manifestado en la política económica en vigor. Las Acciones del Gobierno Brasileño para la Copa 2014, expresan las opciones políticas, reveladas en las acciones estatales restringidas, selectivas y focalizadas, con beneficiamiento de personas jurídicas (exenciones fiscales, privilegios aduaneros, etc.). La configuración de la gestión y control social democrático poseyó una lógica empresarial de Gobernanza, explicitando al público “jugando” a favor de lo privado. La estrecha participación del deporte y el ocio en el fondo público compromete su garantía como derechos, y demuestra cómo el mercado financiero disputa el fondo público para garantizar las

condiciones generales de reproducción y el proceso de acumulación, como ejemplifica la Copa. A la FIFA / COL se quedaron con la coordinación política, ya los gobiernos, el mero cumplimiento de tareas de las Garantías Gubernamentales: una total inversión de papeles. Los intereses comerciales de este comité ejecutivo de la burguesía transformaron la Copa en un commodity con atributo especial: la pasión por el fútbol. En el anhelo de ampliar los márgenes de beneficio, ilegalidades y propinas dieron el diseño a Patrón de Corrupción FIFA, revelado en investigaciones y sentencias judiciales. Obreros, tercerizados y voluntarios, al margen de la fiesta, dieron vida al gran espectáculo. Sentirse parte del evento, renovó sentimientos de amor a la patria, ya la creencia de un futuro mejor. Al final, fue un gran negocio sólo para el capital, que socializó los trabajos y los costos y privatizó los beneficios. En 2013, un escenario de conflicto resultó en las “Jornadas de Junio”, donde la Copa se destacó entre los temas evidenciados en el conjunto de las reivindicaciones. El discurso de legitimación apuntaba beneficios económicos, en el aumento del comercio, el turismo y los puestos de trabajo, beneficios sociales, con aceleración de la regeneración urbana y mejora de los bienes y servicios y, además, beneficios deportivos. A pesar de la fiesta, hubo trabajo precario, remociones, corrupción y represión a las manifestaciones. ¿Qué quedó después del juego? Ni legados económicos, sociales o deportivos. Se quedó un legado al revés. Menos derechos, menos democracia. No parece que el deporte y el ocio tomarán otro rumbo y se convertirán como derechos reales.

A condição da mulher na Previdência Social no Brasil / *The condition of women in social security in Brazil*

BRUNA ANGELA RODRIGUES

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado)

Data da Defesa: 03/07/2017

Orientadora: Maria Lúcia Lopes da Silva

Palavras-chave: Previdência Social; política social; divisão sexual do trabalho; relações sociais de sexo.

Keywords: Social Security; social policy; sexual division of labor; social relations of sex.

Esta dissertação teve como objetivo analisar a condição da mulher na previdência social desde a instituição da Seguridade Social na Constituição Federal de 1988. A pesquisa se justifica pela necessidade de estudos referentes à condição da mulher na previdência social, especialmente em contexto de crise estrutural do capital que associada ao projeto político neoliberal aprofundam as desigualdades sociais já existentes, nesse caso, especialmente, as desigualdades existentes entre os sexos em decorrência dos sistemas de exploração-dominação racistas, patriarcais e capitalistas que oprimem as mulheres e refletem no acesso delas à previdência social. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica sobre a divisão sexual do trabalho associada a situação das mulheres no mundo do trabalho e previdência social, recuperando um pouco do histórico das lutas do movimento de mulheres, suas conquistas e resistências. Além disso, foi feita pesquisa sobre dados referentes a quantidade de mulheres nas diversas categorias de segurados da previdência social bem como sua expressividade nos benefícios acessíveis tanto a segurados quanto dependentes da mesma política utilizando dados sobre os benefícios ativos disponibilizados pelos Anuários Estatísticos da Previdência Social (AEPS) de 2011 a 2015. Percebeu-se que as mulheres são maioria nas categorias de segurados que não dependem do trabalho assalariado formal como forma de contribuição previdenciária, o que mostra a divisão sexual do trabalho presente no mundo do trabalho levando a inferir que no âmbito da previdência social elas são menos protegidas do que os homens e, quanto aos benefícios previdenciários devidos tanto a segurados quanto dependentes, elas correspondem a maioria presente naqueles benefícios destinados dependentes de segurados, portanto, afirma-se com isso a histórica dependência econômica da mulher em relação ao homem no acesso de direitos previdenciários.

This dissertation aimed to analyze the condition of women in social security since the institution of Social Security in the Federal Constitution of 1988. The research is justified by the need for studies on the condition of women in social security, especially in the context of structural crisis of capital Which in conjunction with the neoliberal political project deepen existing social inequalities, in this case, in particular, the inequalities

between the sexes as a result of the racist, patriarchal and capitalist systems of exploitation and domination that oppress women and reflect on their access to social security. For this, a bibliographical review was carried out on the sexual division of labor associated with the situation of women in the world of work and social security, recovering some of the history of the struggles of the women's movement, its achievements and resistances. In addition, research was conducted on data on the number of women in the various categories of social security insured as well as their expressiveness in the benefits accessible to both the insured and the dependents of the same policy using data on the active benefits provided by the Statistical Yearbook of Social Security AEPS) from 2011 to 2015. It was noticed that women are the majority in the categories of policyholders who do not depend on formal wage labor as a form of social security contribution, which shows the sexual division of labor present in the world of work, leading to the conclusion that Social security are less protected than men and, as far as the social security benefits due to both the insured and the dependent are concerned, they correspond to the majority present in those benefits destined to dependents of insured persons, therefore, it is affirmed with this the historical economic dependence of the woman regarding To the access of social security rights.

O debate sobre a EBSERH em instâncias de controle social: um estudo exploratório / *The debate about EBSERH in instances of social control: an exploratory study*

GÉSSICA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado)

Data da Defesa: 31/07/2017

Orientador: Cristiano Guedes de Souza

Palavras-chave: EBSERH; novos modelos de gestão; contrarreforma do estado; privatização do sus; controle social.

Keywords: EBSEH; 444.

A EBSEH configura-se como novo modelo de gestão do SUS, que se apresentam como consequências da contrarreforma do Estado, iniciada na década de 1990. O Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado materializa a proposta de contrarreforma do Estado, apresentando a proposta de transferência dos setores não exclusivos do Estado para organizações sociais. Os novos modelos de gestão para o SUS vão sendo construídos, a partir de então, por meio do molde preconizado no plano diretor. As instâncias de controle social institucionalizadas integram a estrutura do sistema e se apresentam como espaços de participação da sociedade na formulação, na execução, no acompanhamento e na fiscalização da política de saúde. Considerando que a empresa representa a tentativa de privatização do maior complexo hospitalar de médio e grande porte do país, e pensando as instâncias de controle social como espaços importantes para o direcionamento da política de saúde pública do Brasil, o objetivo principal da pesquisa é investigar os debates sobre a criação e implantação da EBSEH em instâncias institucionalizadas de controle social no período de 2011 e 2013. Trata-se de um estudo qualitativo, de cunho exploratório. Realizou-se análise documental das atas do Conselho Nacional de Saúde e o Relatório Final da 14ª Conferência Nacional de Saúde. Os resultados da pesquisa apontam para a intensa realização de discussão acerca dos novos modelos de gestão em saúde e da privatização da saúde pública. A EBSEH aparece no contexto desses debates. Houve diversas recomendações do Conselho Nacional de Saúde e da 14ª Conferência Nacional de Saúde da não criação da EBSEH, bem como da não adesão aos novos modelos de gestão. Apresenta-se a necessidade de uma agenda de defesa intransigente do SUS, com a garantia do financiamento suficiente para a manutenção e para a implementação real da universalização da política de saúde.

EBSEH is configured as a new SUS management model. The new SUS management models are presented as consequences of the counter-reform of the State, which began in the 1990s. The Master Plan for the Reform of the State Apparatus materializes the State counter-reform proposal. It presents the proposal of transference of the nonexclusive sectors of the State to social organizations. The new management models for the SUS are being built, from then on, through the mold recommended in the master plan. Institutions of social control - health councils and

conferences - are part of SUS structure and present themselves as spaces for the participation of society in formulating, implementing, monitoring and supervising health policy. Considering that EBSEH represents the attempt to privatize the largest medium and large hospital complex in the country, and considering the instances of social control as important spaces for the direction of public health policy in Brazil, the main objective of the research is to investigate the Debates on the creation and implementation of the EBSEH in institutionalized instances of social control in the period of 2011 to 2013. This is a qualitative study, exploratory in nature. Documentary analysis of the minutes of the National Health Council and the Final Report of the 14th National Health Conference were carried out. The results of the research point to the intense discussion about the new health management models and the privatization of public health. EBSEH appears in the context of these discussions. There were several recommendations of the National Health Council and the 14th National Health Conference of the non-creation of EBSEH, as well as non-adherence to the new management models. The need for an intransigent defense agenda of the SUS is presented, with the guarantee of sufficient funding for the maintenance and real implementation of the universalization of health policy.

“Faca só lâmina”: um estudo dos papeis desempenhados pelas famílias nos processos de proteção social das mulheres presas no DF
l “Faca só lâmina: a study of the roles played by families in the processes of social protection of imprisoned women in DF

JÚLIA FREIRE DE ALENCASTRO

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado)

Data da Defesa: 30/06/2017

Orientadora: Rosa Helena Stein

Palavras-chave: política penitenciária; Programa Bolsa Família; encarceramento das mulheres; famílias; dia de visita.

Keywords: penitentiary policy; Programa Bolsa Família; imprisonment of women; families; visit day.

Este trabalho tem como principal objetivo identificar e analisar os papéis das famílias nos processos de proteção social das mulheres presas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), pensando como foco, as possibilidades de acesso e manutenção do Programa Bolsa Família (PBF). A aproximação com esse tema de pesquisa mais amplo, o encarceramento das mulheres, desenvolveu-se ao longo de aproximadamente cinco anos nos quais cada dia, cada pergunta e cada conversa foi fundamental para construir as questões e argumentos do presente trabalho (que, por suposto, não se pretende estático ou definitivo). Não é novidade que a população prisional no Brasil vive em regime constante de precarização e desmonte de direitos e acessos básicos. Com relação à população de mulheres presas e suas famílias, essa realidade é, talvez não mais agravada, mas certamente mais ofuscada e escondida. A dificuldade de encontrar dados já sistematizados e organizados é ainda mais intensa, mesmo com o crescimento exponencial do processo de encarceramento das mulheres. A dificuldade de encontrar dados e reflexões sobre o encarceramento das mulheres e sobre as famílias das mulheres presas vem, aos poucos, se transformando com o aumento do interesse de pesquisadoras e pesquisadores de diversas áreas, que tem levantado dados e construído considerações acerca dessa realidade. Nesse processo de encarceramento, incluímos as famílias, já que, consideramos aqui que “família é quem puxa cadeia junta”. As famílias, neste sentido, têm se engajado em processos de proteção social, inicialmente previstos para serem garantidos pelo Estado por meio de políticas institucionais. Entretanto, o que temos percebido é uma dificuldade de acesso às ações da maioria das políticas sociais tecidas e regulamentadas no país. Na intenção de arquitetar este argumento, realizamos entrevistas utilizando roteiros semiestruturados com algumas visitantes (familiares de mulheres presas no Distrito Federal), com alguns agentes de atividades penitenciárias (servidores da mesma instituição), e com uma das coordenadoras da Associação de familiares de internos (as) do sistema prisional do DF. Além disto, lançamos mão da observação participante nos dias de visita (às quintas-feiras), nas intermediações da penitenciária. Percebemos com a

pesquisa que as famílias “puxam cadeia” junto com as mulheres, seja por estarem presas à instituição por meio de sua familiar, ou pela necessidade de reorganização familiar e financeira. Verificamos também que há um processo de substituição da responsabilidade de proteção estatal das pessoas presas, para suas famílias.

This paper aims to identify and analyze the roles of families in the social protection processes of women prisoners in the Federal Penitentiary (PFDF), focusing on the possibilities of access and maintenance of the Programa Bolsa Família (PBF). The research has been developed over the course of approximately five years in which each approach, question and conversation was fundamental to build the questions and arguments of the present work (which is not intended to be static or definitive). It is not new that the imprisoned population in Brazil lives in a regime of precarization and dismantling of rights and basic accesses. Regarding the population of women prisoners and their families, this reality is perhaps no more aggravated, but certainly more obscured and hidden. The difficulty of finding already systematized and organized data is even more intense, even with the exponential growth of the process of imprisoning women. The difficulty of finding data and reflections on the imprisonment of women and the families of women prisoners has gradually transformed with the increasing interest of researchers and researchers in various areas, who have been collecting data and constructing considerations about this reality. In this process of incarceration, we include the families that have been engaged in social protection processes, initially planned to be guaranteed by the State through institutional policies. However, what we have perceived is a difficulty in accessing the actions of most of the social policies regulated in the country. In the intention of architecting this argument, we conducted interviews using semistructured scripts with some visitors (relatives of women prisoners in the Federal District), with some agents of penitentiary activities (employees of the same institution), and with one of the coordinators of the Association of relatives and inmates of the DF prison system. In addition, we use participant observation on the days of visit (on thursdays), in the intermediation of the penitentiary. We perceive with the research that there is a process of replacing the responsibility of state protection of the prisoners for their families.

A Política Nacional de Educação Permanente para Trabalhadores do SUAS: limites, possibilidades e perspectivas / *The National Policy of Permanent Education for Workers of SUAS: limits, possibilities an perspectives*

RENATA MARIA DA CONCEIÇÃO DE FREITAS

Curso: Programa de Pós-Graduação em Política Social (Mestrado)

Data da Defesa: 03/07/2017

Orientador: Reginaldo Guiraldelli

Palavras-chave: trabalho; educação; educação permanente; política social; Assistência Social.

Keywords: work; education; permanent education; social policy; Social Assistance.

Esta dissertação propõe-se a analisar a Política Nacional de Educação Permanente para os trabalhadores do Sistema Único da Assistência Social (PNEP/SUAS), com foco nos limites e perspectivas de sua implementação. Diante da natureza complexa da temática, foi delimitado um recorte temporal da pesquisa, demarcando o período de constituição da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004, até a divulgação do Censo do Sistema Único de Assistência Social realizado em 2015. Em meio a um contexto marcado pela precarização do trabalho em todo o país e com graves conseqüências para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), busca contribuir para o debate sobre as reais condições de trabalho, formação e capacitação visando o alcance da qualidade da gestão, do provimento dos serviços, benefícios socioassistenciais. Esta pesquisa tem como objetivos específicos compreender como a PNEP/SUAS está sendo efetivada e identificar as dificuldades, considerando as contradições postas na ordem capitalista; analisar quais aspectos desta política foram executados e suas repercussões. Considerando esses objetivos, a construção do marco teórico em torno deste objeto proposto ficou delimitado aos temas de educação permanente, política de assistência social, condições e mudanças de trabalho no capitalismo e constituição do SUAS. Podemos dividir este trabalho em cinco operações metodológicas: (1) revisão de literatura; (2) pesquisa explorató-

ria com perguntas a serem respondidas; (3) definição do objeto e objetivos (4) definição dos indicadores para análise da política; (5) definição da descrição e interpretação da política nacional de educação permanente. Nessa divisão de operações metodológicas foi necessário definir quais indicadores seriam mais adequados para a análise da PNEP/SUAS, sendo o (1º) vínculo formal, já que objetivamos conhecer aproximadamente as condições de trabalho no âmbito do SUAS; (2º) nível de formação, para compreender como está disposta a formação acadêmica considerando o quadro de trabalhadores do SUAS; (3º) apresentação das particularidades regionais, pois esse indicador possibilita mapear as áreas que possuem mais fragilidades em relação ao quadro de trabalhadores que não tiveram acesso a educação permanente ofertada pela política. Entre os achados de pesquisa está a concepção da educação permanente enquanto dimensão ética e política para o aprimoramento das ações no campo da proteção social no Brasil em um momento no qual o receituário neoliberal impõe um sistemático ataque aos direitos sociais dos trabalhadores e dos usuários do SUAS. No seio das correlações de força e no embate para entre o atual MDSA e os estados da federação, surge uma proposta de pacto federativo para a implementação do programa CapacitaSUAS que coloca essa iniciativa como fundamental para a estratégia de organizar e planejar as ações de formação e capacitação previstas pelo programa. Porém, a implementação da PNEP enfrenta as condições estruturais das flexibilizações do trabalho, as terceirizações e a constituição de relações de trabalho com base em vínculos precários, alta rotatividade que impacta o programa e a prestação dos serviços e benefícios socioassistenciais, em um cenário de crescente precarização das condições de trabalho do conjunto dos trabalhadores.

This dissertation proposes to analyze the National Policy of Permanent Education for the workers of the Unified Social Assistance System (PNEP / SUAS), focusing on the limits and perspectives of its implementation. In view of the complex nature of the issue, a temporal cut in the research was delineated, marking the period of constitution of the National Social Assistance Policy (PNAS) in 2004, until the Census of the Single Social Assistance System in 2015 was published. A context marked by the precariousness of work throughout the country and with serious consequences for the workers of the Unified Social Assistance System (SUAS), seeks to contribute to the debate on the real conditions of work, training and qualification aiming at achieving the quality of management, Provision of

services, socio-welfare benefits. This research has as specific objectives to understand how the PNEP / SUAS is being carried out and to identify the difficulties, considering the contradictions placed in the capitalist order; Analyze which aspects of this policy were implemented and their repercussions. Considering these objectives, the construction of the theoretical framework around this proposed object was limited to the themes of permanent education, social assistance policy, conditions and changes of work in capitalism and constitution of SUAS. We can divide this work into five methodological operations: (1) literature review; (2) exploratory research with questions to be answered; (3) definition of the object and objectives (4) definition of indicators for policy analysis; (5) definition of the description and interpretation of the national policy of permanent education. In this division of methodological operations it was necessary to define which indicators would be more adequate for the analysis of the PNEP / SUAS, being the (1) formal link, since we aim to know approximately the working conditions within the SUAS; (2nd) level of training, to understand how the academic training is considered considering the workforce of SUAS; (3°) presentation of the regional particularities, since this indicator makes it possible to map the areas that have the most weaknesses in relation to the workforce that did not have access to the permanent education offered by politics. Among the research findings is the conception of permanent education as an ethical and political dimension for the improvement of actions in the field of social protection in Brazil at a time when the neoliberal prescription imposes a systematic attack on the social rights of workers and users of SUAS. Within the power correlations and in the clash between the current MDSA and the states of the federation, a federative proposal for the implementation of the CapacitaSUAS program arises, which places this initiative as fundamental to the strategy of organizing and planning training and Program. However, the PNEP implementation faces the structural conditions of work flexibility, outsourcing and the establishment of labor relations based on precarious ties, high turnover that impacts the program and the provision of services and socio-welfare benefits, in a scenario of growing Precarious conditions of work for all workers.